

Gros não convence senadores sobre acordo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília



Francisco Gros

O presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, falou ontem durante três horas na comissão de assuntos econômicos do Senado Federal para explicar o acordo negociado com os credores oficiais do Clube de Paris, mas não conseguiu convencer os senadores sobre a capacidade que terá o País de pagar os compromissos assumidos e que implicam desembolso de US\$ 4,1 bilhões até 1993. O acordo precisa da aprovação do Senado para se tornar efetivo.

As questões levantadas relacionaram-se com a capacidade de pagamento do País conforme definida pela Resolução 82 do Senado Federal, de 1990. "Tenho dúvida se a regra foi mantida", disse o senador Mário Covas (PSDB-SP), considerando "extremamente otimistas" os parâmetros apresentados por Gros e que serviram de base para o acordo acertado com os treze governos credores que se sentaram no fórum do Clube de Paris no final de fevereiro. "A primeira vista, os US\$ 4,1 bilhões superariam nossa capacidade e nós temos de olhar os dados", observou o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

"O acordo é absolutamente compatível com a capacidade fiscal do governo, com as restrições do balanço de pagamentos e ainda permite fechar um acordo adequado com os bancos privados", colocou o presidente do BC, informando que, além do superávit fiscal primário (desconta as correções cambial e monetária, além dos juros internos e externos) de 3% do PIB projetado para 1992, os entendimentos com o Clube de Paris foram pautados pela previsão de financiamentos externos da ordem de 0,9% do PIB e de financiamento interno de 1,5% do PIB e, ainda, de uma "senhoriagem" (capacidade de emissão monetária

do governo) de 1,5% do PIB para este ano.

O governo trabalha com a projeção de US\$ 427 bilhões para o PIB no final de 1992 e de US\$ 452 bilhões para fins de 1993.

DISCREPÂNCIA

Para o senador Mário Covas as projeções não são apenas extremamente otimistas, mas também apresentam uma "discrepância grande" com os parâmetros apresentados na mesma comissão, em junho do ano passado, quando o então negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, defendeu os termos do acordo com os bancos privados envolvendo os juros atrasados.

"O governo previa para 1991 um superávit fiscal primário que, junto com a 'senhoriagem' representava 2,9% do PIB e projetava um ingresso líquido de recursos externos da ordem de 0,3% do PIB, enquanto agora prevê 0,9% do PIB, três vezes superior", contestou o senador Covas, lembrando que no ano passado o governo trabalhava com pagamento da dívida interna da ordem de 1,7% do PIB (representa redução do estoque da dívida), bem diferente da projeção de aumento do endividamento interno da ordem de 1,5% do PIB previsto para 1992.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) mostrou-se preocupado justamente com a "senhoriagem", que é a capacidade do governo de emitir moeda, e quis saber de Gros até onde vai o limite da emissão monetária. Suplicy argumenta no sentido de que nada adianta tanta disciplina — referia-se ao rigor do governo de não gastar mais do que arrecada — "se depois

emite moeda para adquirir a divisa estrangeira necessária para pagar os credores internacionais".

Gros deixou registrado que não é propósito do governo pagar a dívida externa com emissão de moeda e reiterou que o acordo negociado com os credores oficiais é compatível com os US\$ 11 bilhões que representam a capacidade de pagamento do País nos próximos dois anos, até agosto de 1993, quando expira o acerto celebrado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

ACORDO "GUARDA-CHUVA"

Gros aprofundou na comissão de assuntos econômicos, a pedido do senador Ronan Tito (PMDB-MG), os números gerais que estão envolvidos pelo acordo em princípio fechado no Clube de Paris. Dos US\$ 4,1 bilhões.

A serem desembolsadas até 1993, uma parcela de US\$ 2,5 bilhões equivale à parte reestruturada já vencida. Uma outra parcela de US\$ 1,3 bilhão será refinanciada para pagamento em cinco anos e, ainda, o grosso do valor de US\$ 11 bilhões foi reescalado para pagamentos semestrais, a partir de junho de 1995 até o final de dezembro do ano 2006.

O presidente do BC explicou que no chamado acordo "guarda-chuva", negociado no fórum do Clube de Paris, não se tratou da taxa de juros que incidirá sobre a reestruturação da dívida. Isto será acertado em acor-

dos bilaterais, firmados com cada país credor, a partir dos termos gerais já acordados em Paris e que precisam ser aprovados pelo Senado Federal.

Várias foram as restrições que o governo brasileiro teve de enfrentar nas negociações com o Clube de Paris, sabendo de antemão, desde o ano passado, que não seria contemplado com a regra do abatimento do estoque da dívida que beneficiou a Polônia e o Egito. De todo modo, o Brasil conseguiu obter com o Clube de Paris a cláusula que reescalonou a dívida já reestruturada no passado e que, embora tenha sido acertada não chegou a agradar totalmente os credores oficiais do Brasil que agora prometem olhar com mais cuidado a concessão de novos financiamentos ao setor público do País.

Gros adiantou que o governo teve de defender com argumentos fortes a limitação da capacidade de pagamento já que os credores oficiais, em vez dos US\$ 11 bilhões que acabaram aceitando, colocaram na mesa o valor de US\$ 16,8 bilhões que segundo seus cálculos poderia ser assumido pelo País nos próximos dois anos.

Os bancos credores privados, como se sabe, terão de se encaixar no limite já preestabelecido e terão de se conformar com o fato de que o risco Brasil caiu a partir dos acordos negociados com o FMI e com o Clube de Paris: "O produto custa agora mais caro, mas é um produto melhor", atestou Gros.